



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640216 - SP (2021/0013923-0)

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : LUCIANO PEREIRA DA CRUZ  
**ADVOGADO** : LUCIANO PEREIRA DA CRUZ - SP282340  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KAREN AKEMI DELLA LATTA (PRESO)  
**CORRÉU** : LUIZ FERNANDO UTAGAWA  
**CORRÉU** : ERIKA MAFRA HUMMEL MENDONCA  
**CORRÉU** : EDUARDO ANION JUNIOR  
**CORRÉU** : DANILO CAETANO PETTI  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAREN AKEMI DELLA LATTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2002414-05.2021.8.26.0000).

A paciente encontra-se presa preventivamente desde 09.01.2020 pela suposta prática dos crimes de organização criminosa, fraude à licitação, falsidade ideológica e peculato.

O impetrante sustenta que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega que a paciente foi presa sem que tenha sido realizada audiência de custódia, o que ensejaria o relaxamento da medida extrema.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão preventiva da paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante**

*ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.*

*3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi fundamentada.

No ponto, colhe-se a argumentação da decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva (e-STJ fl. 31):

*[...]*

*II - Dito isso, diante da comunicação de prisão preventiva decorrente do cumprimento de mandado para apreciação da sua legitimidade e ausência de eventuais abusos em cumprimento ao disposto no art. 287 do Código de Processo Penal 1 e art. 13 da Resolução 213 do CNJ 2.*

*Importa consignar a determinação do Supremo Tribunal Federal, mediante decisão do E. Ministro Edson Fachin, exarada na Reclamação 29303 em 15 de dezembro de 2020, para que todos os Juízos realizem audiência de custódia em todas as modalidades prisionais, inclusive prisões temporárias, preventivas e definitivas. Em atenção à decisão, o Comunicado nº 1474/2020 da Corregedoria Geral desta Egrégia Corte informa que as audiências de custódia deverão ser realizadas para todas as modalidades prisionais, inclusive temporárias, preventivas e definitivas, as quais deverão ser apreciadas pelo Juízo do processo em que foram expedidos.*

*Aponta ainda, que diante das circunstâncias conjunturais, em atenção ao art. 8º da Recomendação CNJ nº 62/2020, com vigência prorrogada pela Recomendação CNJ nº 78/2020 e do Comunicado CG nº 250/2020, a realização da audiência de custódia encontra-se momentaneamente dispensada.*

*A finalidade da audiência de custódia, a ser perseguida também na hipótese de sua dispensa, é garantir a revisão judicial do ato prisional, controlando sua legalidade, e preservando o direito à liberdade, integridade e a própria vida do preso. No caso dos autos, não há informação de violência ou abuso policial. A prisão decretada não se mostra possível de*

*substituição, ao menos por ora, não se vislumbrando ilegalidade ou circunstâncias pessoais capazes de justificar a aplicação de medidas diversas ou alteração do regime. Portanto, a prisão é hígida, estando em ordem o seu cumprimento, razão pela qual se deve assegurar sua manutenção.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência